

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Caxias do Sul , 17 de Abril de 2017.

Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação

Fomos desabilitados da Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS 02/2017 , por ter enviado Atestado de Capacidade Técnica que conta que somos fabricantes do produto ofertado, valores já vendidos (inclusive somos fornecedores para esta Prefeitura) e com os números das notas fiscais.

A exigência do Atestado de Capacidade Técnica pela Prefeitura é uma exigência INLEGAL, pois a própria Lei Artigo 30 da Lei 8666/93 não exige . E caso isto fosse legal nós enviamos 2 Atestados de Capacidade Técnica que somos fabricantes e com quantidade muito superior ao licitado e com números de Notas Fiscais , caso a Comissão de Licitações quisesse comprovação é só solicitar .

Tal fato não é motivo de desclassificação , pois teve 4 participantes e somente um que é da Cidade que enviou, por tanto tirou a oportunidade da Prefeitura obter melhores preços, (indo ao inverso do que deve ser feito (em processos licitatórios.

Além este fato é um ENORME formalismo que a Prefeitura exigiu , não ter a MÍNIMA necessidade .

Conforme vários processos já serem julgados e TODOS sendo concluídos que não é necessário o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA e muito menos com cópias de NOTAS FISCAIS.

EDITAL TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017

FENÍCIA IND. E COM. DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.839.972/0001-90, com sede na Rua Loduvico Cavinatto, 2526, na cidade de Caxias do Sul, estado do RS , por seu representante legal infra assinado MILTON JOSÉ CAVALLI RG 40242447-68, vem com fulcro na alínea " a , Artigo 43 da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência a fim de interpor



RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias

No entanto, a douda Comissão de Licitação julgou a FENÍCIA IND. E COM. DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA. inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou junto do ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Notas fiscais (só adicionamos os números das Notas Fiscais), por isso, teria desatendido o disposto na primeira parte do do Edital.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II – AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

De acordo com o Item 4.12 do Edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar documento de:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA e com cópias de Notas Fiscais (enviamos os números das mesmas). Tal documento, não é obrigatório pois se na Lei não consta como exigências. De se ver que, a correta exegese do dispositivo sob comento de modo algum traduz obrigatoriedade de a licitante comprovar conforme a lei do artigo 438666/93, verbera:

Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que " Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza." (grifo nosso)



Veja decisão do Tribunal da Justiça quanto ao assunto:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE NOTAS FISCAIS. ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA PARA ANULAR AS SANÇÕES IMPOSTAS E IMPEDIR A SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO DA IMPETRANTE DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES.

Não é lícito à Administração Pública fazer exigência que a lei não faz (artigo 30, II, da lei nº. 8.666/93). Sendo assim, a vinculação de comprovação da capacidade técnica por meio de apresentação das respectivas notas fiscais traduz-se ilegal e desarrazoada, violando direito líquido e certo do impetrante. (TJAC Tribunal Pleno, MS nº 5011276320108010000/AC, rel. Juiz Arquilau de Castro Melo, de 13/04/2011)

Em recente decisão a Corte de Contas da União manifestou-se:

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993

Representação de empresa acusou possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 280/2012, promovido pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), destinado à contratação de solução de storage. Três empresas participaram do certame, sendo que a classificada em primeiro lugar veio a ser inabilitada. Entre os motivos que justificaram essa decisão, destaque-se a apresentação por essa empresa de atestados técnicos desacompanhados das notas fiscais, exigência essa que constara do respectivo edital. A respeito de tal questão, o relator anotou que “a jurisprudência do Tribunal é firme no sentido de que o art. 30 da Lei 8.666/1993, ao utilizar a expressão ‘limitar-se-á’, elenca de forma exaustiva todos os documentos que podem ser exigidos para habilitar tecnicamente um licitante (v.g. Decisão 739/2001 – Plenário; Acórdão 597/2007 – Plenário)”. Ressaltou, ainda, que “nenhuma dúvida ou ressalva foi suscitada, pela equipe que conduziu o certame, quanto à idoneidade ou à fidedignidade dos atestados apresentados pela empresa”. E, mesmo que houvesse dúvidas a esse respeito, “de pouca ou nenhuma utilidade teriam as respectivas notas fiscais”. Em tal hipótese, seria cabível a realização de diligências para esclarecer ou complementar a instrução, consoante autoriza do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator e por considerar insubsistente esse e o outro motivo invocados para justificar a mencionada inabilitação, decidiu: a) determinar ao Inca que torne sem efeito a inabilitação da detentora da melhor oferta na fase de lances, “anulando todos os atos subsequentes e retomando, a partir desse ponto, o andamento regular do certame”; b) dar ciência ao Inca de que a exigência de apresentação de atestados de comprovação de capacidade técnica “acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993”. **Acórdão 944/2013-Plenário, TC 003.795/2013-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 17.4.2013.**



III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, feste subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o art. 30, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Caxias do Sul, 17 de abril de 2017



MILTON JOSÉ CAVALLI
Diretor
FENICIA IND. E COM. DE
TROFÉUS E MEDALHAS LTDA

11.836.972/0001-90
FENICIA IND. E COM. DE
TROFÉUS E MEDALHAS LTDA
Rua Luísovico Cavalcini, 2026, 2º Andar B
B. COSTA CATARINA - CEP 95037-620
CAXIAS DO SUL - RS

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11839972/0001-90
Razão Social: FENICIA IND E COM DE TROFEUS E MEDALHAS LTDA EPP
Endereço: RUA LUDOVICO CAVINATO 2526 / SANTA CATARINA / CAXIAS DO SUL / RS / 95032-620

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/04/2017 a 05/05/2017

Certificação Número: 2017040603082557784553

Informação obtida em 10/04/2017, às 08:55:57.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

3º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL

TRASLADO

NÚMERO GERAL: 530 - PROCURAÇÃO QUE FAZ Fenícia Indústria e Comércio de Troféus e Medalhas Ltda.. SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem ou dele tiverem conhecimento, que aos dez (10) dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, neste Terceiro Tabelionato, perante mim, compareceu como outorgante, **FENÍCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob número 11.839.972/0001-90, com sede na Rua Ludovico Cavinatto nº 2526, sala B, Bairro Santa Catarina, nesta cidade, a qual possui seus atos constitutivos arquivados na M.M. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 43206618188 e Alteração e Consolidação de Contrato Social, firmada em 20/01/2012, registrada na mesma Junta Comercial sob nº 3579686 em data de 24/01/2012, neste ato representada por sua sócia administradora **MÔNICA GIAZZON CAVALLI**, brasileira, solteira, maior, estudante, inscrita no CPF sob número 030.477.800-13, portadora da carteira de identidade nº 6111237472, expedida pela SSP/RS em 11/02/2008, residente e domiciliada na Rua Fiorindo D'Agostini nº 789, Bairro Santa Catarina, nesta cidade. A presente pessoa capaz e documentalmente identificada por mim, **ANDERSON MEIRELLES**, Escrevente Autorizado do que dou fé. E, perante mim, pela outorgante foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador, **MILTON JOSE CAVALLI**, brasileiro, separado judicialmente, empresário sócio de empresa, inscrito no CPF sob número 423.048.810-68, portador da carteira de identidade nº 4024224768, expedida pela SJS/RS em 15/06/1999, residente e domiciliado na Rua Fiorindo D' Agostini nº 789, Bairro Santa Catarina, nesta cidade; a quem confere os seguintes poderes específicos para tratar de negócios e assuntos de interesse da empresa outorgante, a saber: a) admitir, demitir e indenizar empregados; fixar salários e gratificações; assinar carteiras de trabalho, previdência social e fazer as respectivas anotações; pagar salários e receber quitações; b) representá-la em qualquer juízo, instância ou Tribunal; mover as ações que julgar conveniente, inclusive requerer falência de devedores, e defendê-la nas que lhe forem movidas; nomear advogado conferindo poderes para o foro em geral (art. 38 do CPC), cláusula *ad-judicia et extra*, bem como os especiais de acordar, transigir, confessar, desistir, dar e receber quitação, firmar compromissos, receber notificações e citações iniciais, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação e reconhecer a procedência do pedido; c) comprar e vender os produtos atinentes ao seu ramo de negócio; combinar preços, prazos e demais condições; assinar contratos, guias, requerimentos, fazer e assinar despachos de mercadorias; pagar e receber importâncias, dando e recebendo quitações; firmar ou rescindir contratos de seguros, inclusive acidente de trabalho ou furto; d) participar de licitações públicas e/ou privadas; podendo para tanto retirar editais, apresentar documentação e propostas, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação, assinar atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, formular propostas,

CARTÓRIO
MARIO FERRARI
TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL

AUTENTICAÇÃO

Autentico o verso e anverso da presente fotocópia que é uma reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Caxias do Sul, 14 de março de 2017 - 14:44:40
Dorina Camargo de Almeida da Silva - Escrevente

Emoi: R\$ 8,00 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0128.01.120095.807/1a 80712

3º Tabelionato de Notas de Caxias do Sul | Rua Pinheiro Machado, 2018 CEP 95020-172 - Fone: (54) 3025.6773

3º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL

Rua Pinheiro Machado, 2018 - Centro - Cep 95020-172 - Caxias do Sul - RS - Fone: (54) 3025.6773
contato@cartoriomarioferrari.com.br - www.cartoriomarioferrari.com.brBEL. M^o AUGUSTO FERRARI FILHO - TABELIÃO